



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 13 DE SETEMBRO DE 2021

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS E KITS LANCHE PARA DISTRIBUIÇÃO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DO CONGO/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00010/2021. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Congo: 07.00 SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO 08.244.2009.2052 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS COM RECURSOS – IGD (BF/SUAS/1ª INF. 311.000000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 08.244.2009.2053 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS FNAS – SERVIÇOS (CRA 311.000000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 08.244.2009.2054 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIAL SOCIAL 001.000000 Recursos Ordinários 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 3.3.90.32.01 MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Congo e: CT Nº 61001/2021 - 13.09.21 - J.T.A. COMERCIO DE ARTIGOS DESCARTAVEIS LTDA - R\$ 43.760,00.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00010/2021

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00010/2021, que objetiva: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS E KITS LANCHE PARA DISTRIBUIÇÃO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DO CONGO/PB; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: J.T.A. COMERCIO DE ARTIGOS DESCARTAVEIS LTDA - R\$ 43.760,00.

Congo - PB, 06 de Setembro de 2021

ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA - Prefeito Constitucional



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 13 DE SETEMBRO DE 2021

Decreto nº 374/2021.

REGULAMENTA A INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS INTERESSADAS EM INGRESSAR NO PROGRAMA FAMÍLIA ACOLEDORA, CONFORME A LEI MUNICIPAL Nº 215/2020 NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CONGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONGO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Congo e com amparo no art. 84, IV e VI, da Constituição Federal de 1988, art. 20, IV, da Lei Orgânica do Município de Congo;

DECRETA:

Art. 1º Para inclusão no programa Família Acolhedora de Congo, o pretendente deverá submeter-se a 4 (quatro) etapas:

- I - pré-inscrição;
- II - avaliação psicossocial;
- III - Capacitação para inclusão; e
- IV - inclusão.

DA INSCRIÇÃO

Art. 2º As inscrições para a inclusão das famílias ao programa deverão ser realizadas na sede do programa, localizada à Travessa Moisés Conegundes de Oliveira s/n – Centro, Congo, CEP: 58535-000, mediante preenchimento da ficha pré-cadastro e análise da família, observados os requisitos descritos neste Decreto.

Art. 3º As famílias inscritas serão direcionadas à participação de processo que inclui: a reflexão e a autoavaliação; entrevistas na sede do Programa; visitas domiciliares e capacitação.

Art. 4º Para o início da capacitação deverá existir, no mínimo, três famílias cadastradas para o Programa.

Parágrafo único. Não havendo número suficiente, as famílias já inscritas aguardarão a formação de número suficiente para execução de capacitação.

Art. 5º O processo de capacitação, avaliação de perfil, cadastro e acompanhamento será realizado pela Equipe Técnica do Programa Família Acolhedora

Parágrafo único. A equipe técnica realizará o acompanhamento de crianças, adolescentes acolhidos e de sua família de origem.

DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO DO PROGRAMA.

Art. 6º Os Requisitos para a família interessada:

- I - ter idade superior a 21 (vinte e um) anos, sem restrição de gênero e estado civil;
- II - o programa constitui-se em guarda temporária subsidiada de crianças e adolescentes por famílias residentes na cidade de Congo/PB;
- III - idoneidade Moral - Não ter antecedentes criminais;
- IV - concordância de todos os membros residentes no domicílio, com relação ao processo de acolhimento;
- V - não ter intenção de adotar;
- VI - não estar inscrito no cadastro de adoções;
- VII - aceitação e comprometimento com as diretrizes do serviço;
- VIII - nenhum membro da Família Acolhedora poderá fazer uso de substâncias psicoativas ilícitas;
- IX - disponibilidade de tempo e interesse em oferecer proteção, amor e afeto a crianças e adolescentes;
- X - pelo menos um membro da família deve trabalhar ou receber benefício previdenciário;
- XI - local (espaço físico) adequado para receber a criança ou o adolescente;
- XII - participação em capacitações, cursos, eventos e encontros de formação;

Art. 7º Documentação necessária:

- I - Ficha de Cadastro (Modelo Fornecido pelo Serviço Família Acolhedora);
- II - Carteira de Identidade (RG);
- III - CPF;
- IV - Certidão de nascimento, casamento ou declaração de união estável;
- V - Atestado médico comprovando saúde física e mental do(s) responsável(is);
- VI - Certidão negativa de antecedentes criminais de todos os membros da família maiores de 21 (vinte e um) anos;
- VII - Certidão Negativa e de Regularidade do Cartório Eleitoral;
- VIII - Certidão Negativa da Receita Federal, Estadual e Municipal;
- IX - Comprovante de residência (conta de luz ou água e/ou contrato de locação do imóvel);
- X - Fotografia de todos os membros da família (3X4 recente);

DA SELEÇÃO

Art. 8º A seleção será realizada pela equipe técnica do serviço Família Acolhedora, observadas as seguintes etapas:

- a) Apresentação de documentos. As famílias apresentarão as documentações relacionadas no art. 7º, no local designado no art. 2º deste Decreto.
- b) Análise de perfil. Será analisado o perfil psicossocial de cada família com perfil disposta a acolher crianças e/ou adolescentes afastadas do convívio familiar, por determinação judicial, que será realizado através de entrevistas individuais e coletivas, dinâmicas de grupo, visitas domiciliares e outras ferramentas que se fizerem necessárias.
- c) Validação. Encaminhamento da relação de famílias acolhedoras selecionadas, juntamente com a respectiva documentação para validação junto ao Poder Judiciário da Comarca de Sumé/PB.
- d) Homologação. A Comarca de Sumé/PB, emitirá Termo de Adesão ao Programa Família Acolhedora e será divulgada relação das famílias selecionadas para formação do cadastro prévio/reserva.

§1º A participação dos interessados e habilitação às etapas serão realizadas conforme avaliação e aprovação da equipe avaliadora.

§2º Não haverá ordem de classificação para as famílias aprovadas. A colocação da criança ou adolescente dependerá do perfil mais adequado de ambos, avaliado pela equipe.

§3º A família acolhedora poderá acolher no máximo duas crianças ou adolescentes, salvo grupo de irmãos, neste caso deverá ser realizada uma avaliação pela Equipe Técnica do Programa, como estabelece o §1º do art. 9º da Lei nº 215/2020.

§4º A inscrição ao programa gerará, apenas, expectativa de ser habilitado. Tudo, segundo disponibilidade e necessidade do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, mediante avaliação da equipe.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando-se revogado desde já as disposições em contrário.

Prédio Sede da Prefeitura de Congo/PB, 13 de setembro de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito Constitucional